

Heterogeneidade estrutural, precarização das condições de trabalho e pleno emprego no ciclo de desenvolvimento da economia brasileira entre 2002-2011

*Eduardo Santos Araújo**

*Kaio Glauber Vital da Costa***

Resumo: No presente artigo investiga-se a existência de heterogeneidade estrutural na economia brasileira, de modo a verificarmos seus impactos sobre a estrutura do mercado formal de trabalho. Primeiro calculamos o grau de heterogeneidade estrutural entre os setores produtivos. Em seguida, a análise foca sobre os impactos dessa heterogeneidade estrutural sobre o mercado de trabalho, mostrando como a existência de setores com níveis de produtividade de trabalho muito distintos resulta em um mercado de trabalho segmentado. A hipótese central do presente estudo é que o pleno emprego verificado na economia brasileira serviria como uma “cortina de fumaça” para encobrir uma persistente fragilização do mercado formal de trabalho. O principal resultado do artigo é mostrar a existência de heterogeneidade estrutural e de segmentação do mercado de trabalho, que demonstra como a incapacidade de difusão tecnológica no interior da economia tem impactos sobre o mercado de trabalho.

Palavras-chave: Heterogeneidade estrutural; Mercado de trabalho; Pleno emprego.

Classificação JEL: J01; J21; J42.

* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico (PPGDE) pela Universidade Federal do Paraná(UFPR). Endereço eletrônico: edusanar@gmail.com.

** Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico (PPGDE) pela Universidade Federal do Paraná(UFPR). Endereço eletrônico: kaio.economia@gmail.com.

1 Introdução

Para o neoestruturalismo da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), a heterogeneidade estrutural é fruto das escassas possibilidades de gerar e difundir o progresso técnico devido à má especialização produtiva. Desse modo, nem todos os setores têm a mesma capacidade para induzir aumentos de produção e promover a expansão de outros, quando geram empregos de alta produtividade (Cimoli *et. al.*, 2005). A análise das causas da heterogeneidade estrutural deve ser colocada, então, no plano da inadequada composição setorial da produção dos países periféricos em relação às tendências tecnológicas mundiais e à demanda global.

Assim, aqueles países que não assimilam esses novos paradigmas tecnológicos apresentarão certa persistência de heterogeneidade estrutural, baixos salários e um crescimento restringido pelo balanço de pagamentos. Partindo da premissa teórica de que a mudança tecnológica é o motor da mudança estrutural, os estudos de caso começam com a classificação dos setores produtivos intensivos em mão-de-obra, em recursos naturais e difusores de tecnologia. A intensidade da mudança estrutural se mede, portanto, pelo incremento da participação desses setores no valor adicionado do Produto Interno Bruto (PIB).

Com a ideia do estruturalismo clássico de que desenvolvimento significa transferir fatores produtivos (capital e trabalho) dos setores atrasados para os modernos, o neoestruturalismo considera que a homogeneização da estrutura econômica, o desenvolvimento e uma melhor distribuição da renda serão possíveis somente se houver um aumento nas capacidades tecnológicas da indústria. Este último se expressa, de maneira empírica, em uma maior participação dos setores difusores de tecnologia na estrutura econômica.

A heterogeneidade estrutural também pode ser vista a partir de seus impactos sobre o mercado de trabalho. De acordo com a escola cepalina, existiria um pequeno setor conformado por trabalhadores ocupados nos estratos modernos, que registram uma alta produtividade e elevados níveis de remuneração; e outro setor, de maior dimensão, constituído pelos ocupados nos estratos intermediários com correspondentes níveis de renda e produtividade. Essa caracterização do sistema econômico contém uma hipótese central acerca da explicação do problema do emprego em economias caracterizadas por heterogeneidade estrutural, que consiste em reconhecer a existência e funcionamento de mercados de trabalho segmentados.

A hipótese central do presente estudo é a de que a economia brasileira ainda apresenta características de uma economia dual, expressa em uma estrutura produtiva com marcantes diferenciais de produtividade do trabalho. Assim sendo, o mercado de trabalho brasileiro, apesar da diminuição do desemprego e do aumento da formalização, seria caracterizado por uma segmentação entre os diversos tipos de atividades e a precarização dos postos de trabalho que foram criados ao longo do período 2002-2011. Nesse sentido, a hipótese de que a economia brasileira teria atingido o pleno emprego serviria como uma espécie de “cortina de fumaça”, pois encobriria a real situação do

mercado de trabalho brasileiro: alta rotatividade, criação de postos de trabalho de baixa qualificação e com baixos rendimentos, além do fechamento de postos de trabalho nos setores de atividade que melhor remuneram e que exigem um maior grau de instrução.

O artigo está estruturado em duas seções além desta introdução e das notas conclusivas. Na seção 2, é apresentada brevemente a literatura relacionada ao fenômeno da heterogeneidade estrutural e seus impactos sobre a estrutura do mercado de trabalho. Ainda nessa seção, calcula-se o grau de heterogeneidade existente na economia brasileira. Na seção 3, apresentam-se os dados do mercado de trabalho. Com base nesses dados, traça-se um panorama da estrutura do mercado formal de trabalho de modo a questionar a hipótese de que a economia brasileira teria atingido o pleno emprego.

2 Heterogeneidade estrutural e estrutura do mercado de trabalho

O conceito de heterogeneidade estrutural (doravante, HE) foi criado para evidenciar as diferenças nos planos econômico, social, político, tecnológico e cultural entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. É através de variáveis econômicas como estrutura produtiva, nível da produção, produtividade, distribuição da renda, consumo e outras que podemos observar a HE em determinado país.

De acordo com Pinto (1976), Infante (2006) e IPEA (2011), a abordagem da HE procura mostrar a origem, os desdobramentos e a persistência das profundas desigualdades econômicas e sociais que se observam nos países em desenvolvimento. Além disso, a persistência de uma HE coloca dificuldades para o estabelecimento de um processo de desenvolvimento inclusivo ou um modelo de crescimento com convergência de produtividade entre os setores.

A partir dessas considerações iniciais, pode-se ter uma ideia da importância que adquire os investimentos realizados no desenvolvimento tecnológico (especificamente, P&D). Uma vez que a difusão do progresso técnico não ocorreu de forma homogênea em todos os setores produtivos, a diferenciação de produtividade entre setores da economia será considerável nos países com baixa capacidade de difusão tecnológica (Cimoli, Correa e Primi, 2004).

Nesse sentido, o desenvolvimento insuficiente da densidade tecnológica em determinado país não permite que o progresso técnico de alguns setores produza efeitos de transbordamentos (*spillovers*) de forma homogênea para todos os setores da economia. Autores como Prebisch (1949), Singer (1950) e Pinto (1976) destacaram o dualismo do modelo de crescimento regional da América Latina, que se expressaria na existência de um setor de alta produtividade, fortemente vinculado ao mercado exterior, e outras atividades de baixa produtividade, vinculadas ao mercado interno.

A produtividade do trabalho tem sido a variável *proxy* amplamente utilizada para demonstrar a HE (Pinto, 1976; Cimoli, Correa e Primi, 2004; Infante, 2011). Essa variável é medida pela razão entre o valor adicionado e o

pessoal ocupado em cada setor. Ainda que exista o risco de reduzir o conceito de HE à dimensão produtiva, essa redução parte do pressuposto de uma correlação positiva entre produtividade do trabalho e a renda do trabalhador. Dessa forma, as desigualdades socioeconômicas seriam creditadas às diferenças de produtividade entre o setor moderno e o tradicional (IPEA, 2011).

A tabela 1 mostra o total do valor adicionado por cada setor da economia entre 2002 e 2009. Observa-se ao longo do período que a proporção do valor adicionado entre os distintos setores manteve-se relativamente constante, apontando para uma taxa de crescimento do valor adicionado aproximadamente igual entre os setores. Entretanto, os dados também mostram a grande desproporção entre os setores. A relação entre o setor de maior produtividade setorial, a indústria, e a menor, a agropecuária, é de quatro vezes. Ademais, o setor de serviços gera o maior valor adicionado durante todo o período analisado.

Tabela 1 - Valor adicionado, em valores correntes, por setor de atividade econômica - Brasil (2002-2009)

	Agropecuária	Indústria	Construção	Comércio	Serviços	Admin. pública
2002	84.251	277.187	67.219	129.391	588.741	126.340
2003	108.619	340.569	68.935	155.760	653.745	142.986
2004	115.194	416.903	84.868	183.764	705.545	159.984
2005	105.163	449.055	90.228	205.793	808.252	183.762
2006	111.566	488.665	96.287	233.608	899.480	204.815
2007	127.267	525.079	111.201	277.370	1.021.062	225.879
2008	152.612	593.436	126.551	323.375	1.128.723	255.752
2009	157.232	602.916	146.783	349.061	1.252.624	285.763

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD/IBGE.

A distribuição do pessoal ocupado apresenta preponderância do setor de serviços, mas com menor intensidade (tabela 2).

Tabela 2 - Pessoal ocupado, por setor de atividade econômica - Brasil, 2002-2009 (mil pessoas)

	Agropecuária	Indústria	Construção	Comércio	Serviços	Admin. pública
2002	16.141	11.131	5.558	13.414	22.710	3.830
2003	16.409	11.387	5.157	14.047	22.655	3.942
2004	17.733	12.402	5.354	14.653	24.297	4.203
2005	17.831	13.013	5.642	15.502	24.782	4.267
2006	17.263	13.235	5.837	15.747	26.059	4.451
2007	16.578	13.846	6.107	16.308	26.547	4.504
2008	16.100	13.995	6.904	16.092	27.436	4.530
2009	15.714	13.597	6.894	16.484	27.891	4.753

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD/IBGE.

A agropecuária apresenta um leve aumento do pessoal ocupado seguido

de uma diminuição ao longo do período, tendo como saldo uma quantidade menor no final do que no início do período. A indústria teve um leve crescimento de pessoal ocupado, passando de aproximadamente 11 milhões para 13 milhões no final do período. O setor que teve maior aumento do seu pessoal ocupado foi o setor de construção civil. Esse setor experimentou taxa de crescimento significativa no período, passando de aproximadamente 55 milhões de ocupados para 68 milhões no final do período.

Desde o ponto de vista de um modelo dual, uma economia se desenvolve e homogeneiza sua estrutura produtiva no longo prazo caso consiga transferir mão de obra dos setores de baixa produtividade (ou atrasados) para os setores de alta produtividade (ou modernos). Nesse sentido, a escola estruturalista assinala que a produtividade do trabalho pode aumentar por duas razões. O primeiro é chamado de efeito de recomposição estrutural, e está relacionado com o deslocamento de fatores produtivos dos setores atrasados para os setores modernos da economia. O segundo é o aumento intrínseco da produtividade de cada setor e é gerado pelas mudanças tecnológicas que ocorrem ao longo do desenvolvimento de cada país.

Para a análise empírica, o primeiro passo é definir quais setores serão considerados como atrasados ou modernos. Se partirmos de uma definição estatística, os primeiros podem ser definidos como aqueles que apresentam uma produtividade do trabalho superior à média da economia. Segundo essa definição, no Brasil os setores modernos desde 2002 são a indústria, serviços e administração pública (Tabela 3).

A HE brasileira fica evidente quando se compara os resultados da produtividade do trabalho entre os distintos setores (tabela 3). A riqueza gerada por trabalhador no setor agropecuário é de aproximadamente R\$ 10 mil, enquanto na indústria é de R\$ 44 mil no ano de 2009. Apesar dos ganhos significativos de produtividade de setores como a indústria, construção e comércio no período, as diferenças de produtividade entre os setores permanecem relativamente constantes ao longo de todo o período analisado, demonstrando a persistência da profunda heterogeneidade estrutural entre os setores da economia brasileira.

Tabela 3 - Índice de produtividade, por setor de atividade econômica - Brasil, 2002-2009 (Em R\$ mil por pessoa/ano)

	Agropecuária	Indústria	Construção	Comércio	Serviços	Admin. pública
2002	5,22	24,90	12,09	9,65	25,92	32,99
2003	6,62	29,91	13,37	11,09	28,86	36,27
2004	6,50	33,62	15,85	12,54	29,04	38,06
2005	5,90	34,51	15,99	13,28	32,61	43,07
2006	6,46	36,92	16,50	14,84	34,52	46,02
2007	7,68	37,92	18,21	17,01	38,46	50,15
2008	9,48	42,40	18,33	20,10	41,14	56,46
2009	10,01	44,34	21,29	21,18	44,91	60,12

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD/IBGE.

A persistência de setores produtivos com diferentes níveis de

produtividade tende a reproduzir a separação entre um setor dinâmico, estruturado ou formal - liderado pelo setor moderno da economia - e um setor tradicional, não estruturado ou informal - constituído por pequenas e médias empresas ou estabelecimentos de subsistência -, que ficam excluídos de um cenário de desenvolvimento econômico e progresso social (Pinto, 1970).

A investigação da heterogeneidade estrutural também incorpora a ideia de segmentação do mercado de trabalho. De acordo com o enfoque estruturalista, o setor informal tem sua origem na especialização do comércio internacional e no conseqüente imperfeito funcionamento do setor formal, que é incapaz de empregar e capacitar adequadamente a mão-de-obra. O setor informal constitui uma espécie de estratégia de subsistência para os grupos marginalizados, de modo que contribui para reforçar, gerar a exclusão e as tensões sociais. Nesse sentido, a partir de um ponto de vista macroeconômico, a existência um amplo setor informal pode dificultar o crescimento econômico e aumentar a divergência inter e intra-salarial.

Uma vez definido o conceito de heterogeneidade estrutural, a variável *proxy* a ser utilizada e demonstrada a existência da heterogeneidade estrutural, as próximas seções terão como objetivo mostrar os impactos dessa HE no mercado de trabalho brasileiro. Dessa forma, procura-se qualificar o suposto teórico de pleno emprego na economia brasileira, traçando um panorama das condições do mercado de trabalho.

3 Tendências do mercado de trabalho no ciclo de desenvolvimento da economia brasileira entre 2002-2011

3.1 A trajetória recente dos indicadores de emprego e desemprego

A partir de 2002, observa-se na economia brasileira uma retomada do processo de crescimento econômico após um longo período de estagnação que se estendia desde 1979. Esse crescimento foi puxado tanto pelo mercado interno como pelo mercado externo. O crescimento do mercado interno foi motivado, principalmente, pela política de valorização do salário mínimo, aumento do crédito e pelas políticas de caráter compensatórias. O mercado externo influiu sobre o crescimento brasileiro devido ao aumento do volume das exportações e principalmente pelo *boom* nos preços das *commodities* que se verificou a partir de 2003.

Na última década o dinamismo do mercado de trabalho ajudou a sustentar a forte expansão da demanda doméstica. De fato, a taxa de desemprego média recuou de 12,3%, em 2003, para 6,0%, em 2011, e nesse período o Produto Interno Bruto (PIB) registrou aumento anual médio de 4,3% (tabela 4).

Tabela 4 - Taxa de desemprego e PIB

	Taxa de desemprego		PIB
	%	Variação em p.p.	Variação %
2003	12,30		
2004	11,50	-0,80	5,70
2005	9,80	-1,70	3,20
2006	10,00	0,20	4,00
2007	9,30	-0,70	6,10
2008	7,90	-1,40	5,20
2009	8,10	0,20	-0,30
2010	6,70	-1,40	7,50
2011	6,00	-0,70	2,70
Média	9,10	-0,80	4,30

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE.

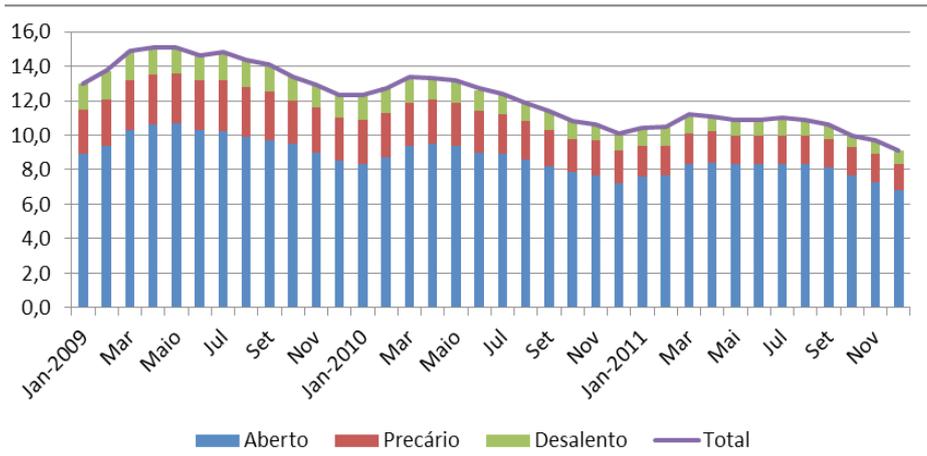
A partir desses dados seria natural afirmar que a economia estaria próxima ao pleno emprego, situação na qual os trabalhadores estão desempregados somente se não aceitarem os salários oferecidos. O conceito também pode ser entendido como a máxima utilização dos fatores de produção disponíveis (capital e trabalho), o que significa uma situação de equilíbrio entre oferta e demanda por aqueles insumos. Entretanto, tendo por base fatores relativos à estruturas produtivas e institucionais, tais como a heterogeneidade estrutural (HE) e a flexibilidade contratual do mercado trabalho¹, verifica-se, conjuntamente, a persistência da precarização e da segmentação do mercado de trabalho.

A segmentação do mercado de trabalho brasileiro é decorrente da profunda heterogeneidade estrutural que se verifica tanto no nível intersetorial, quanto intrasetorial, mas também no nível interregional. A segmentação do mercado de trabalho pode ser visualizada através das desigualdades nos rendimentos, na regularidade do trabalho, na jornada de trabalho ou mesmo no usufruto dos direitos trabalhistas (IPEA, 2012).

Em resumo, a segmentação do mercado de trabalho pode se expressar pela convivência de empregos formais, cujos contratos possuem amparo legal, ao lado de diversos tipos de atividade precária. Em outras palavras, a heterogeneidade estrutural verificada na economia brasileira se expressa no mercado de trabalho através do convívio de atividades formais com ocupações precárias, o chamado desemprego oculto pelo desalento. Assim, em diversas pesquisas de metodologias mais tradicionais a taxa de desemprego é computada sem a adição de dois tipos de desemprego oculto: i) desemprego oculto pelo trabalho precário e ii) desemprego oculto pelo desalento. O gráfico 1 mostra que, embora o desemprego apresente tendência de queda nos últimos anos, ainda pode-se observar uma diferença entre as taxas de desemprego total e aberta.

¹ No presente estudo, a taxa de rotatividade será utilizada como *proxy* para o grau de flexibilidade do mercado de trabalho brasileiro.

Gráfico 1 - Tipos de desemprego (%) - Regiões metropolitanas, (2009 - 2011)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do DIEESE.

De acordo com IPEA (2012), uma vez que a estrutura produtiva brasileira ainda é caracterizada por certa persistência de heterogeneidade estrutural, observa-se a sobrevivência de atividades de baixo conteúdo tecnológico. A sobrevivência desses tipos de atividades resulta na reprodução de uma estrutura ocupacional com baixos rendimentos, de modo que os trabalhadores ocupados nessas atividades devem buscar periodicamente novos empregos. Assim, dependendo da metodologia aplicada esses trabalhadores podem ser classificados como “ocupados” ou como “desemprego oculto pelo trabalho precário”. Dessa forma, caso prevaleça a primeira metodologia, a realidade do mercado de trabalho estaria superestimado.

3.2 Faixa salarial, grau de instrução da população ocupada e taxa de rotatividade no mercado formal de trabalho: a “cortina de fumaça” do pleno emprego

Com base na tabela 5, podemos constatar a existência de dois padrões de comportamento no mercado formal de trabalho. O primeiro está relacionado com a quantidade líquida de empregos gerados cujos rendimentos não ultrapassam dois salários mínimos. Como podemos observar na tabela 5, o número de admitidos totaliza 12.388.883 trabalhadores ao longo do período 2000-2008. O segundo tipo de padrão mostra um total de 2.747.303 desligamentos, que estão classificados como recebendo rendimentos superiores a dois salários mínimos.

Embora a crescente formalização do mercado de trabalho seja digna de comemoração, nota-se que a criação de empregos esteve concentrada nos setores cujos rendimentos e as condições de trabalho são ruins. A tabela 5 mostra como somente a região Sudeste apresentou criação de empregos para o segmento de mais de dois salários mínimos. Entretanto, os 448.574 postos de trabalho criados ainda recebiam menos de três salários.

Não obstante essa pequena diferença para a região Sudeste, quando

desagregamos os dados por grandes regiões do Brasil, observa-se o mesmo padrão de comportamento identificado no país para todas elas. Isso significa dizer que houve uma perda de vagas com remunerações mais elevadas (mais de dois salários mínimos) e criação de vagas com rendimentos abaixo deste valor. Assim, na região Nordeste a situação ainda se situa em nível inferior a todas as demais regiões. Ou seja, o fechamento de postos de trabalho ocorreu para níveis superiores a um e meio salários mínimos. Também na criação de vagas a região Nordeste encontra-se em situação inferior as outras regiões brasileiras, pois neste caso existe apenas saldo positivo de vagas para ocupações cujos rendimentos atingem no máximo um e meio salário mínimo.

Tabela 5 - Saldo de vagas formais segundo faixa salarial, Brasil (2000-2008)

Faixa salarial	NO	NE	SE	SU	CO	Total
TOTAL	383.405	1.336.958	5.535.514	1.842.162	634.023	9.732.062
Até 0,5	5,860	17,958	70,983	40,345	14,017	149,163
0,51 a 1	227,080	942,036	1,216,757	548,431	387,609	3,321,913
1,01 a 1,5	212,940	672,939	3,479,436	1,663,709	575,174	6,604,198
1,51 a 2	17,465	-2,269	1,989,833	279,960	28,620	2,313,609
2,01 a 3	-23,788	-108,186	448,574	-243,241	-140,491	-67,132
3,01 a 4	-9,968	-50,047	-341,565	-146,701	-81,044	-629,325
4,01 a 5	-10,377	-41,741	-318,480	-88,622	-51,499	-510,719
5,01 a 7	-14,737	-45,731	-425,785	-96,488	-54,696	-637,437
7,01 a 10	-8,668	-26,584	-252,719	-56,065	-28,442	-372,478
10,01 a 15	-5,428	-17,927	-177,630	-39,940	-15,723	-256,648
15,01 a 20	-2,105	-7,101	-69,095	-16,584	-5,792	-100,677
20,01 ou mais	-2,520	-11,629	-127,539	-23,839	-7,360	-172,887
Ignorados	-2,349	15,240	42,744	21,197	13,650	90,482

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MTE/CAGED.

A tabela 6 fornece a faixa de rendimento dos ocupados, segundo os anos de estudo dos trabalhadores. Como podemos verificar, existe uma forte relação entre anos de estudo e rendimentos. Por exemplo, apenas 0,5% dos ocupados com 15 anos ou mais de estudo recebem 0,5 salários mínimos, enquanto que 22,2% dos ocupados recebem mais de 5 a 10 salários mínimos. Tomada de forma isolada a tabela 6 apenas repetiria um fato estilizado na literatura econômica: a existência de uma relação positiva entre anos de estudo e rendimentos. Contudo, ao analisarmos conjuntamente as tabelas 5 e 6, podemos visualizar dois fenômenos sobrepostos na recente evolução do mercado formal de trabalho: a criação líquida de empregos esteve concentrada nos setores que pior remuneram e de menor nível educacional, além do que houve fechamento de postos de trabalho na camada que recebe 2 ou mais salários mínimos.

A sobreposição no tempo desses dois fenômenos serve como um indicador, ainda que impreciso, para a persistência de certa precarização das condições de trabalho. Como pôde ser visto na tabela 5, a criação líquida de empregos (saldo entre admitidos e desligados) esteve concentrada nos setores de

comércio e serviços. Entretanto, esses dois setores possuem como características baixos salários e o recrutamento de trabalhadores com baixo nível educacional. Além dessas duas características, nos dois setores predominam altas taxas de rotatividade como veremos mais adiante. Assim, a ideia de pleno emprego na economia brasileira serve como uma “cortina de fumaça” para encobrir a precarização das condições de trabalho.

Tabela 6 - Faixa de rendimento dos ocupados, por anos de estudo, Brasil 2009 (%)

Faixa de rendimento	Anos de estudo					
	Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais
Sem rendimento	23,00	18,30	12,80	7,40	3,00	1,30
Até 0,5 salário mínimo	23,40	18,70	13,70	10,20	3,70	0,50
Mais de 0,5 a 1 salário mínimo	27,00	26,90	24,50	23,40	15,90	3,40
Mais de 1 a 2 salários mínimos	19,30	25,70	32,60	37,50	39,10	13,40
Mais de 2 a 3 salários mínimos	3,50	5,30	8,20	10,30	14,90	13,70
Mais de 3 a 5 salários mínimos	1,70	2,40	4,90	6,50	12,80	23,00
Mais de 5 a 10 salários mínimos	0,60	0,90	1,60	2,40	6,20	22,20
Mais de 10 a 20 salários mínimos	0,20	0,20	0,30	0,50	1,50	13,00
Mais de 20 salários mínimos	0,00	0,00	0,10	0,20	0,40	4,70
Sem declaração	1,30	1,40	1,40	1,50	2,40	4,70

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD/IBGE, 2009.

Na análise da taxa de rotatividade utilizaremos duas formas para aferir sua evolução. A primeira é calculada através do valor mínimo observado entre o total de admissões e o total de desligamentos anuais, comparado o estoque médio de cada ano. Nesse caso, a rotatividade é entendida apenas como substituição dos postos de trabalho, isto é, não levam em consideração os postos de trabalho que são criados e destruídos no decorrer do ano (DIEESE, 2011). Assim, o cálculo da rotatividade não considera a variação líquida do emprego, como se a economia mantivesse invariável os postos de trabalho no decorrer do ano. A segunda forma de analisar a taxa de rotatividade é por meio dos desligamentos feitos apenas pelos empregadores. Nesse sentido, é descontado da primeira forma os desligamentos provenientes de iniciativas dos trabalhadores como: desligamentos voluntários, decorrentes por morte, aposentadoria e transferência.

A distribuição alta e estável da taxa de rotatividade ao longo do período, mesmo diante do crescimento do mercado formal de trabalho, aponta para uma característica do funcionamento e estrutura do mercado formal de trabalho que não é vista pelas taxas de desemprego. Essa característica é a alta flexibilidade do mercado de trabalho expressa pela alta taxa de rotatividade.

Dessa forma, o mercado de trabalho conta com oferta crescente e abundante de mão-de-obra para a seleção e composição do estoque em postos de trabalho de curta duração².

² “Assim, o dinamismo do mercado de trabalho brasileiro nos tempos recentes tem gerado, em sua maior parte, postos

A grande quantidade de trabalhadores que são desligados a cada ano constitui parte da oferta de trabalho para o ano seguinte à sua demissão. Ademais, os trabalhadores do mercado informal em transição para o mercado formal e a parcela da população em idade ativa que passa a compor anualmente a população economicamente ativa, torna potencialmente elevada a quantidade de mão-de-obra disponível. Da combinação desses dois fenômenos resulta a conformação do mercado formal (DIEESE, 2011).

A tabela 7 apresenta as taxas de rotatividade segundo o setor de atividade econômica. Os setores que apresentam as maiores taxas de rotatividade são de construção civil, comércio, serviços e agricultura. Uma vez que a própria natureza dessas atividades apresenta descontinuidades, não é surpreendente que esses setores possuam as maiores taxas de rotatividade e um maior grau de flexibilidade na contratação e demissão de trabalhadores.

Tabela 7 - Taxa de rotatividade por setor de atividade econômica

Setores de atividades econômicas	2001		2004		2007		2008		2009
	Rotati-vidade	Desc.	Rotati-vidade	Desc.	Rotati-vidade	Desc.	Rotati-vidade	Desc.	Rotati-vidade
Indústria extrativa mineral	32,60	23,30	32,70	22,60	29,20	19,30	31,10	22,00	27,40
Indústria transformação	45,20	33,70	42,40	31,10	48,10	34,50	54,40	38,60	49,80
Serviços de utilidade pub.	21,90	3,70	19,00	12,90	20,90	13,30	22,40	14,40	24,90
Construção Civil	115,30	97,40	108,50	90,10	104,50	83,40	118,40	92,20	108,20
Comércio	54,20	41,40	51,30	38,50	55,20	40,30	60,10	42,50	57,60
Serviços	50,10	38,80	48,80	37,50	51,70	37,60	56,90	39,80	53,90
Adm. Pública	10,40	6,60	11,90	8,40	12,20	8,40	16,30	11,40	14,60

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MTE/RAIS.

A alta rotatividade, porém, tem efeitos negativos no treinamento da mão-de-obra, no aumento da produtividade e nos rendimentos dos trabalhadores. Os efeitos podem ser diretos sobre os salários ou ocorrem através de impactos nas empresas³. Assim, a evolução recente do mercado formal de trabalho apresenta

de trabalho cujos rendimentos estão abaixo dos *fair wages* (empregos justos, em tradução livre). Ademais, deve-se registrar que, em termos setoriais, é nítido que a maior parte das novas vagas de trabalho no país vem ocorrendo nas atividades de serviços e de construção civil, que tradicionalmente remuneram abaixo da média das atividades da indústria de transformação, ainda que, no caso da construção civil, isso se tenha invertido nos últimos anos” (IPEA, 2012, pp. 13-14).

³ “Os critérios de elegibilidade para o seguro-desemprego (seis meses de trabalho nos últimos 36 meses e período aquisitivo de 16 meses) fazem com que a rotatividade tenda a reduzir a cobertura do benefício. Isso é preocupante, pois o mercado de trabalho brasileiro, inclusive o formal, é caracterizado por elevada rotatividade” (CEPAL; PNUD; OIT, 2008, p. 64).

como principais características a criação líquida de empregos centrada nos setores que remuneram abaixo da média nacional, fechamento de postos de trabalho que remuneram acima de 3 salários mínimos, criação de empregos que requerem baixo níveis de estudo, elevada taxa de rotatividade. Dessa forma, temos uma situação paradoxal para a economia brasileira: a obtenção de pleno emprego em condições de precarização das condições de trabalho. Portanto, a hipótese de pleno emprego na economia brasileira mascara a real situação do mercado de trabalho, uma vez que não leva em consideração os fatores acima mencionados.

4 Considerações finais

O presente trabalho teve como objetivo principal investigar a existência de heterogeneidade estrutural na economia brasileira e seus impactos sobre o mercado formal de trabalho. Dessa forma, pudemos verificar se o país encontra-se em uma situação de pleno emprego. Como ficou explícito ao longo do estudo, a economia brasileira ainda apresenta uma forte heterogeneidade estrutural entre os setores produtivos, conformando um mercado formal de trabalho caracterizado pela segmentação e precarização das condições de trabalho. A hipótese de pleno de emprego deve, portanto, ser melhor qualificada, pois encobre a real situação do mercado formal de trabalho.

A evolução do mercado formal de trabalho no Brasil, entre 2002 e 2011, por um elevado grau de segmentação, que pode ser visualizada a partir de quatro pontos: a) elevadas taxas de rotatividade, que resultam em baixo grau de proteção social e inserção inadequada dos trabalhadores; b) expressiva parcela da mão-de-obra sujeita a baixos níveis de rendimentos e produtividade; c) fechamento de postos de trabalho com maiores níveis de rendimento e de instrução. Assim, a obtenção de um baixo nível de desemprego em uma estrutura econômica marcada pela heterogeneidade estrutural não é capaz de gerar empregos acima do *fair wages*.

Assim, embora haja um expressivo crescimento da formalização, há um grande contingente de trabalhadores inseridos em atividades econômicas pouco estruturadas, trabalhando por conta própria como forma de sobrevivência, ficando fora da proteção previdenciária e trabalhista. O atual ritmo de crescimento da formalização mostra que no curto e médio prazo continuará sendo muito expressiva a economia informal, constituindo uma das poucas opções de trabalho e renda para parcela da população.

Portanto, coloca-se a necessidade de discutir políticas para esse heterogêneo mercado de trabalho brasileiro, caracterizado por um frágil setor formal e um setor informal incapaz de fornecer mão-de-obra qualificada.

Referências

- Cepal. (2008). Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente: A experiência brasileira recente. URL(on line): < <http://www.cepal.org/brasil/noticias/noticias/3/34013/EmpregoDesenvHumanoTrabDecente.pdf>>.
- Cimoli *et. al.* (2007). Cambio estructural, heterogeneidad productiva y tecnología em América Latina. In: CIMOLI, M. (Org.) Structural heterogeneity, technological asymmetries and growth in Latin America. *MPRA Paper No. 3832*.
- DIEESE. (2011). URL(on line): <<http://www.dieese.org.br/livroRotatividade11.pdf>>.
- Cimoli, M.; Primi, A.; Pugno, M. (2006) Un modelo de bajo crecimiento: la informalidad como restricción estructural. URL(on line): < <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/5/24345/G2289eCimoliPrimiPugno.pdf>>.
- Infante, R. (Org.). Transformar las necesidades sociales en nuevas oportunidades de empleo, Santiago de Chile. *Fundación Chile 21*.
- Infante, R. (2009). (Org.). Chile: para um desenvolvimento inclusivo. URL(on line):<<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/2/39552/RVPIInfanteSunkel.pdf>>.
- IPEA. (2011). Radar nº14: tecnologia, produção e comércio exterior. URL(on line): < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/radar/110727_radar14.pdf>.
- IPEA. (2012). Mercado de trabalho: conjuntura e análise. URL(on line): < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt50_completo.pdf>.
- Pinto, A. (2000). Natureza e implicações da “heterogeneidade estrutural” da América Latina. In: Bielschowsky, R. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal* . Rio de Janeiro: Record, v. 2.
- Prebish, R. (2000). O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. In: Bielschowsky, R. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal* . Rio de Janeiro: Record, v. 1.
- Singer, H. W. (1950). The distribution of gains between investing and borrowing countries. *American Economic Review*, v. XL, n. 2.

